

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Procuradoria Geral do Estado - PGE

BALANÇO

ESTADO DE RONDÔNIA

BALANÇO PATRIMONIAL - PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021

R\$

ATIVO	31/12/2022	31/12/2021
ATIVO CIRCULANTE		
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	1.313.120,89	2.229.923,19
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL	1.313.120,89	2.229.923,19
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	109.340.134,03	-
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER	-	-
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	183.973.546,66	-
DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA	5.736.433,00	-
(-) AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS A CURTO PRAZO	(80.369.844,63)	-
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	-	-
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	-	-
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO	-	-
ESTOQUES	59.655,39	46.694,30
ALMOXARIFADO	59.655,39	46.694,30
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE	110.712.910,11	2.276.617,49
ATIVO NÃO CIRCULANTE		
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	4.688.233.724,59	-
CRÉDITOS A LONGO PRAZO	4.688.233.724,59	-
IMOBILIZADO	11.011.803,11	8.254.374,46
BENS MOVEIS	6.916.154,99	6.549.574,73
BENS IMÓVEIS	6.315.660,87	3.651.233,56
(-) DEPRECIAÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	(2.220.012,75)	(1.946.433,83)
INTANGÍVEL	1.846.830,60	1.846.830,60
SOFTWARES	1.846.830,60	1.846.830,60
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE	4.701.092.358,30	10.101.205,06
TOTAL DO ATIVO	4.811.805.268,41	12.377.822,55

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2022	31/12/2021
PASSIVO CIRCULANTE		

SIGEF/RO - Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal
Módulo de Contabilidade

Relatório Emitido em 28/02/2023 às 18:22 por ESDRAS SIMIONATO PAZ

Página 1 de 5

BALANÇO PATRIMONIAL - PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021

R\$

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2022	31/12/2021
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	-	1.224.233,13
PESSOAL A PAGAR	-	488.309,06
BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS A PAGAR	-	-
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	-	735.924,07
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	626,34	319,12
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO	626,34	319,12
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	-	-
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO COM A UNIÃO	-	-
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	29.386,85	6.795,67
VALORES RESTITUÍVEIS	7.736,85	6.795,67
OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	21.650,00	-
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE	30.013,19	1.231.347,92
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
DEMAIS RESERVAS	2.664.427,31	-
RESERVA DE REAVLIAÇÃO	2.664.427,31	-
RESULTADOS ACUMULADOS	4.809.110.827,91	11.146.474,63
SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS	4.809.110.827,91	11.146.474,63
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	4.811.775.255,22	11.146.474,63
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	4.811.805.268,41	12.377.822,55

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

SIGEF/RO - Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal
Módulo de Contabilidade

Relatório Emitido em 28/02/2023 às 18:22 por ESDRAS SIMIONATO PAZ

Página 2 de 5

BALANÇO PATRIMONIAL - PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021

R\$

QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES	31/12/2022	31/12/2021
ESPECIFICAÇÃO		
ATIVO		
Ativo Financeiro	1.313.120,69	2.229.923,19
Ativo Permanente	4.810.492.147,72	10.147.899,36
Total Ativo (I)	4.811.805.268,41	12.377.822,55
PASSIVO		
Passivo Financeiro	1.313.120,69	2.229.923,19
Passivo Permanente	21.650,00	735.924,07
Total Passivo (II)	1.334.770,69	2.965.847,26
SALDO PATRIMONIAL (III) = (I - II)	4.810.470.497,72	9.411.975,29

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

SIGEF/RO - Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal
Módulo de Contabilidade

Relatório Emitido em 28/02/2023 às 18:22 por ESDRAS SIMIONATO PAZ

Página 3 de 5

BALANÇO PATRIMONIAL - PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021

R\$

QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO		
ESPECIFICAÇÃO	31/12/2022	31/12/2021
ATOS POTENCIAIS ATIVOS		
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres a Receber	-	-
Direitos Contratuais em Execução	-	-
TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	-	-
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS		
Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar	-	-
Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres	-	-
Obrigações Contratuais a Executar	-	-
Outros Atos Potenciais Passivos	-	-
TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	-	-

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

SIGEF/RO - Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal
Módulo de Contabilidade
Relatório Emitido em 28/02/2023 às 18:22 por ESDRAS SIMONATO PAZ

Página 4 de 5

3.3 – Balanço Patrimonial

3.3.1 - Conceito

Quadro Principal: Conforme o MCASP, o quadro principal do Balanço Patrimonial é elaborado utilizando-se as classes 1 (ativo) e 2 (passivo e patrimônio líquido) do PCASP.

Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes: os ativos e passivos financeiros e permanentes e o saldo patrimonial são apresentados pelos seus valores totais.

Quadro das Contas de Compensação: elaborado utilizando-se a classe 8 (controles credores) do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP).

Quadro do Superávit/Déficit Financeiro: é elaborado utilizando-se o saldo da conta 8.2.1.1.1.00.00 – Disponibilidade por Destinação de Recurso, segregado por Fonte / Destinação de Recurso.

3.3.2 – Notas Explicativas

Ativo Circulante

Nesse grupo de contas são registrados os elementos patrimoniais que são considerados caixa ou que podem ser convertidos em caixa após um período de 12 meses, com base na data da elaboração das demonstrações contábeis.

Nota 11 - Caixa e equivalentes de caixa

No Exercício de 2022 a conta caixa e equivalente de caixa, apresenta o saldo total de R\$ 1.313.120,69 (um milhão, trezentos e treze mil, cento e vinte reais e sessenta e nove centavos).

Em que pese termos justificado os saldos de caixa e equivalentes de caixa, em notas anteriores (Balanço Financeiro), é de suma importância novamente evidenciarmos que o saldo apresentado na conciliação bancária de dez/2022, referente à unidade PGE, no importe de R\$ 7.736,85 (sete mil, setecentos e trinta e seis reais e oitenta e cinco centavos), diverge com o saldo apresentado na conta Caixa e Equivalentes de Caixa no importe de R\$ 1.313.120,69 (um milhão, trezentos e treze mil, cento e vinte reais e sessenta e nove centavos), em respeito ao princípio da Unidade de Tesouraria, na qual a administração financeira do Estado é realizada mediante a utilização do Sistema Financeiro de Conta Única, e que os recursos disponíveis para a Procuradoria Geral do Estado são geridos pela Secretaria de Finanças do Estado de Rondônia – SEFIN/RO, pois, conforme Decreto n. 20.288/2015 e suas alterações, compete à Secretaria de Estado de Finanças – SEFIN, por meio da Gerência de Contas Bancárias do Tesouro – GCBT, a administração do Tesouro Estadual através do controle e acompanhamento da Conta Única (Conta "U"), de modo que, a Conciliação Bancária do saldo apresentado na conta única não cabe às unidades gestoras, e sim, à Secretaria de Finanças do Estado, nos termos do Decreto estadual mencionado e em observância ao Princípio da Unidade de Tesouraria, em que pese os recursos financeiros estar disponíveis à Procuradoria Geral para a execução financeira da unidade.

Desta forma, as unidades gestoras realizam conciliação bancária mensal apenas das contas derivadas, denominadas "Contas D".

Na unidade gestora 110003 – Procuradoria Geral do Estado, o saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa evidenciado no Balanço Patrimonial é composto pelas contas contábeis 11112400101 – Limite de saque (Conta Corrente: 001 02757X 0000100005 0.1.00.1000000 – Conta Única Banco do Brasil) e 1111190100 – Banco Conta Movimento – Banco do Brasil (Conta Corrente: 001 02757X 0000109770 - Conta tipo "D"), que ao final do exercício de 2022

apresentaram saldo de R\$ 1.305.383,84 (um milhão, trezentos e cinco mil, trezentos e oitenta e três reais e oitenta e quatro centavos) e R\$ 7.736,85 (sete mil, setecentos e trinta e seis reais e oitenta e cinco centavos) respectivamente, totalizando um saldo de caixa e equivalentes de caixa no importe de R\$ 1.313.120,69 (um milhão, trezentos e treze mil, cento e vinte reais e sessenta e nove centavos).

Portanto, o recurso referente à Conta Única (Banco 001, Ag. 2757-x, Conta Corrente 100005) disponível à Procuradoria Geral do Estado e gerido pela Secretaria de Estado de Finanças – SEFIN, fora evidenciado no Balanço Patrimonial (conta contábil 11112400101 – Limite de saque (Conta Corrente: 001 02757X 0000100005 0.1.00.1000000 – Conta Única Banco do Brasil)) da PGE com o saldo de R\$ 1.305.383,84 (um milhão, trezentos e cinco mil, trezentos e oitenta e três reais e oitenta e quatro centavos) em dez/2022, que somados aos recursos das Demais Contas - Contas Derivadas (Contas "D", conta contábil 11111190100) no importe de R\$ 7.736,85 (sete mil, setecentos e trinta e seis reais e oitenta e cinco centavos) representam fidedignamente o saldo dos recursos disponíveis à Procuradoria Geral do Estado em 31 de dezembro de 2022 no importe de R\$ 1.313.120,69 (um milhão, trezentos e treze mil, cento e vinte reais e sessenta e nove centavos).

Os recursos da Procuradoria Geral do Estado são da fonte de recursos ordinários próprios do Poder Executivo - Recursos do Tesouro - Fonte 0100.

Nota 12 - Estoques Material de Consumo

Apresentou no final do exercício de 2022 o saldo de R\$ 59.655,39 (cinquenta e nove mil, seiscentos e cinquenta e cinco reais e trinta e nove centavos), de todas as movimentações de entradas e saídas, conciliadas ao longo do exercício de 2022.

Descrição	Exercício 2022	Exercício 2021
07 - GÊNERO DE ALIMENTAÇÃO	14.785,76	3.013,79
16 - MATERIAL DE EXPEDIENTE	12.323,69	24.938,99
17 - MATERIAL DE PROC. DE DADOS	12.650,00	8.075,00
19 - MAT. DE ACOND. E EMBALAGENS	758,80	0,00
21 - MATERIAL DE COPA E COZINHA	2.453,08	5.083,53
22 - MATERIAL DE LIMPEZA	4.104,68	2.766,39
26 - MATERIAL ELÉTRICO	11,38	85,35
28 - MATERIAL DE PROTEÇÃO E SEG.	12.568,00	2.731,25
Total	59.655,39	46.694,30

Após reavaliações de saldos, realização de inventário físico e financeiro, desenvolvimento e aplicação de melhores práticas na gestão de estoques de almoxarifados, para que a unidade tenha mais efetividade e melhor aproveitamento dos recursos disponíveis, a Procuradoria Geral do Estado ratifica os saldos apresentados de Estoques no importe de R\$ 59.655,39 (cinquenta e nove mil, seiscentos e cinquenta e cinco reais e trinta e nove centavos) no Balanço Patrimonial de 2022, posto que, este representa fidedignamente o inventário físico-financeiro dos bens em almoxarifado da unidade em 31 de dezembro de 2022, de acordo com o Anexo TC-13 (0036051833).

Nota 13 - Imobilizado - Bens Móveis e (-) Depreciação Acumulada

Os bens móveis registrados no Balanço Patrimonial da Procuradoria Geral do Estado, ao final do exercício de 2022, estão divididos da seguinte forma:

Bens Móveis	Valor (R\$)
123110100 MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS	196.051,02
123110200 BENS DE INFORMÁTICA	3.165.463,29
123110300 MÓVEIS E UTENSÍLIOS	2.918.771,72
123110400 MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACION	44.001,96
123110500 VEÍCULOS	591.867,00
Sub-total Bens Móveis	6.916.154,99
123800000 (-) DEPRECIÇÃO ACUMULADA	-2.220.012,75
Total Bens Móveis	4.696.142,24

Considerando o Decreto nº 24.041, de 08 de julho de 2019, que regulamenta a gestão patrimonial, relativa aos bens móveis, no âmbito do Poder Executivo do Estadual, bem como considerando o processo de regularização patrimonial e a modernização da gestão patrimonial do Poder Executivo do Estado de Rondônia, foram realizadas as reavaliações dos bens móveis localizados ao longo do exercício de 2022, e incorporados ao patrimônio da Procuradoria Geral do Estado no exercício de 2022.

A Procuradoria Geral do Estado, por meio do Procurador Geral, constituiu Comissão através Portaria nº 460, de 30 de maio de 2022, para realizar o Relatório anual e Inventário e Desfazimento de bens móveis permanentes, para o exercício de 2022, da Procuradoria Geral, com o objetivo principal de fazer o levantamento físico dos bens patrimoniais e a elaboração do relatório de Inventário físico e financeiro exercício financeiro de 2022.

De acordo ainda com o Decreto nº 24.041, de 08 de julho de 2019, art. 55, § único, inc. III, o Relatório Final de Inventário deverá constar a relação de “Bens Não Localizados” destacando a última localização registrada e seu respectivo responsável.

Ao final do exercício de 2022 o valor contábil dos bens móveis estão de acordo com o Anexo TC-15 (0036039685).

Nota 14 - Imobilizado - Bens Imóveis

Os Bens Imóveis desta Procuradoria Geral do Estado, iniciou o exercício financeiro com saldo de 4.004.683,61 (quatro milhões, quatro mil, seiscentos e oitenta e três reais e sessenta e um centavos) registrado pelo valor contábil bruto e no decorrer do exercício os Bens Imóveis desta PGE, foram inventariados e reavaliados pelo Órgão competente - SEPAT, conforme previsto no Decreto nº 22.067 de 29 de junho de 2017, nomeando profissionais habilitados para desenvolverem os trabalhos e ao concluírem, emitiram Laudos Técnicos e Certificados, devidamente assinados e homologados, através do processo SEI 0020.458440/2020-76, com os valores apresentados de reavaliação dos bens imóveis, foram realizados os ajustes, conforme quadro abaixo:

LOCALIZAÇÃO IMÓVEL	CONTA CONTÁBIL	TIPO DE BEM	VALOR INICIAL	VALOR REAVALIADO	VALOR DO AJUSTE
CACOAL	12321010300	EDIFÍCIO	1.005.311,17	1.799.076,28	793.765,11
	12321010400	TERENO	247.407,96	756.976,40	509.568,44
VILHENA	12321010300	EDIFÍCIO	1.031.212,79	1.794.086,77	762.873,98
	12321010400	TERENO	163.974,79	280.855,34	116.880,55
JI-PARANÁ	12321010300	EDIFÍCIO	977.689,77	1.353.389,75	375.699,98
	12321010400	TERENO	225.637,08	331.276,33	105.639,25
TOTAL			3.651.233,56	6.315.660,87	2.664.427,31

CONTA CONTÁBIL	TIPO DE BEM	AJUSTE POSITIVO	AJUSTE NEGATIVO
12321010300	EDIFÍCIO	1.932.339,07	0,00
12321010400	TERENO	732.088,24	0,00
TOTAL		2.664.427,31	0,00

Ao final dos ajustes realizados os bens imóveis da Procuradoria Geral do Estado, registrou um valor contábil reavaliado no montante de R\$ 6.315.660,87 (seis milhões, trezentos e quinze mil, seiscentos e sessenta reais e oitenta e sete centavos), de acordo com o Anexo TC-16 (0036043784).

Nota 15 – Intangíveis (Softwares)

Perfizeram o saldo de R\$ 1.846.830,60 (um milhão, oitocentos e quarenta e seis mil, oitocentos e trinta reais, sessenta centavos) registrado na conta contábil 1.2.4.1.1.01.00 - SOFTWARES pelo valor contábil bruto. Durante o processo de reavaliação esta classe contábil - intangíveis, não foram reavaliados, ficando para a comissão permanente de inventário e desfazimento, realizar os procedimentos de gestão patrimonial.

Nota 16 - Obrigações trabalhistas, previdenciária

Não apresenta valores a pagar em 31/12/2022.

Atualmente, a Superintendente Estadual de Gestão de Pessoas - SEGEP é responsável por gerenciar a execução orçamentária e financeira da folha de pagamento e recolhimentos dos encargos sociais e posterior efetuar os registros de regularização no SIGEF da PGE.

Nota 17 - Fornecedores e contas a pagar a Curto Prazo

Compreende valores de fornecedores não financiados a pagar no saldo de R\$ 626,34 (seiscentos e vinte e seis reais e trinta e quatro centavos), referente fatura de prestadora de serviços de telefonia móvel com a empresa Jonava RJ Infraestrutura e Redes de Telecomunicações S/A, do mês 12/2022 inscrito em restos a pagar processados.

Nota 18 – Valores restituíveis

Refere-se à garantia de caução no valor de R\$ 7.736,85 (sete mil, setecentos e trinta e seis reais e oitenta e cinco centavos) em contrato celebrado entre a PGE e a empresa EDITORA FORUM LTDA, pelos serviços de “biblioteca virtual”, previsto no Contrato n.º 378/PGE/2021, instruído através do processo SEI n.º 0020.114966/2021-28, com vigência até 29/06/2023, o qual ficará retido e durante esse período terá rendimento de aplicação financeira, do qual ao final do contrato, não existindo pendências na execução do mesmo, será repassado à empresa EDITORA FORUM LTDA.

Nota 19 – Outras Obrigações a Curto Prazo

Refere-se à obrigações decorrentes de transações sem contraprestação – Bens Móveis Intra no valor de R\$ 21.650,00 (vinte e um mil, seiscentos e cinquenta reais), Estorno devido fim de cedência e lançamento não fora de UG1 E UG2. Registro do recebimento da cessão não onerosa de bens móveis.

Nota 20 – Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido compreende o valor residual dos ativos depois de deduzidos todos os passivos.

A conta “Superávits ou Déficits do Exercício” contém o saldo apurado entre as Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) menos as Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD).

No exercício de 2022 foi apurado superávit de R\$ 4.797.303.977,48 (quatro bilhões, setecentos e noventa e sete milhões, trezentos e três mil, novecentos e setenta e sete reais quarenta e oito centavos). Valor este representado quase que pela totalidade em virtude da Dívida Ativa.

Nota 21 - Ajuste de Exercício Anteriores

A contabilização realizada na conta de Ajustes de Exercícios anteriores, ocorre pelo reconhecimento decorrente de efeitos da mudança de política contábil ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes a referida conta. Foram lançamentos realizados por ajustes patrimoniais por reavaliações bens móveis e imóveis, incorporação e desincorporação de bens móveis.

Na conta de ajustes de exercícios anteriores ocorreram lançamentos negativos e positivos, resultando um saldo final na ordem de R\$ 660.694,92 (seiscentos e sessenta mil, seiscentos e noventa e quatro reais e noventa e dois centavos), de ajuste que se fez em razão de não ter sido realizado o lançamento de cedência tempestivo; Ajuste de registro de prestação de contas de diárias regulares.

Nota 22 - Superávit/Déficit Financeiro

Corresponde à diferença positiva ou negativa entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, evidenciando por fonte de recursos para abertura de créditos suplementares e especiais.

A Procuradoria Geral do Estado no exercício de 2022, não apresentou superávit/déficit, devido o valor do seu ativo financeiro R\$ 1.313.120,69 (um milhão, trezentos e treze mil, cento e vinte reais e sessenta e nove centavos), subtraindo do valor do seu passivo financeiro no valor de R\$ R\$ 1.313.120,69 (um milhão, trezentos e treze mil, cento e vinte reais e sessenta e nove centavos), resultar no valor de R\$ 0,00 (zero). Resultado de esta Procuradoria Geral do Estado, envidar esforços necessários para regularizar suas contas de conciliação bancárias e demonstrar que não recebeu recurso do Tesouro do Estado maior que o necessário para executar suas atividades

Nota 23 – Créditos de Dívida Ativa - Tributária e Não Tributária - Curto e Longo Prazo

1) A Dívida Ativa representa os débitos não pagos dentro do prazo com a Fazenda pública, é dever esclarecer que não se trata de toda obrigação dos contribuintes em favor do Estado, mas obrigações que superaram o prazo para pagamento e preencheram os requisitos para inscrição e emissão da Certidão da Dívida passando a ostentar situação de Dívida Ativa.

Os débitos podem ter origem tributária ou não tributária, segundo a Lei 4.320/1964, no art.39, §2º, a Dívida Ativa Tributária é o crédito da Fazenda Pública proveniente de obrigação legal relativa a tributos e respectivos adicionais e multas, e Dívida Ativa não Tributária são os demais créditos da Fazenda Pública, tais como os provenientes de empréstimos compulsórios, contribuições estabelecidas em lei, multa de qualquer origem ou natureza, exceto as tributárias, foros, laudêmios, alugueis ou taxas de ocupação, custas processuais, preços de serviços prestados por estabelecimentos públicos, indenizações, reposições, restituições, alcances dos responsáveis definitivamente julgados, bem assim os créditos decorrentes de obrigações em moeda estrangeira, de subrogação de hipoteca, fiança, aval ou outra garantia, de contratos em geral ou de outras obrigações legais.

2) Atualizações normativas da gestão da Dívida Ativa, com objetivo de aperfeiçoar o processo de gestão da Dívida Ativa, iniciou-se uma série de ações direcionadas a evolução de normativos e fluxo operacional, dentre as principais mudanças destacamos a publicação do DECRETO N° 27.784, de 30 de dezembro de 2022 e a Resolução n° Conjunta N° 01/2022/PGE-GAB.

A Coordenadoria de Contabilidade Institucional, unidade vinculada à Diretoria de Planejamento e Finanças da PGE/RO, assumiu o controle dos registros contábeis do estoque de Dívida Ativa.

3) O estoque da Dívida Ativa do Estado de Rondônia é composto integralmente por títulos constituídos sob a forma de Certidões de Dívida Ativa envolvendo todos os poderes do Estado de Rondônia, os dados são armazenados no sistema SITAFE e capturados através do aplicativo <https://estoque.dividaativa.sefin.ro.gov.br/>.

O estoque de Dívida Ativa do exercício de 2022, foi homologado mensalmente através do processo SEI 0020.065048/2022-49.

4) Os direitos sobre os títulos da Dívida Ativa são mensurados pelo valor de emissão aplicando-se sobre esse todos os encargos legais exigíveis como multas, juros e atualização monetária, ou seja, pelo valor presente do título, o valor é registrado tendo como data base de cálculo do título a data do encerramento do exercício.

5) Transferência dos saldos de estoque em Dívida Ativa para PGE.

Os valores de estoque da Dívida Ativa do Estado de Rondônia estavam registrados nos órgãos e poderes de origem dos créditos tributários e não tributários até o exercício de 2021. Após alterações e atualizações da legislação relacionadas a Dívida Ativa, o saldo de estoque de Dívida Ativa foi transferidos para a unidade gestora 110003 - Procuradoria Geral do Estado. Todo o processo de transferência foi tramitado através do processo SEI 0020.080041/2022-57.

Os procedimentos foram realizados pela Coordenadoria de Contabilidade Institucional da Procuradoria Geral do Estado de Rondônia em conjunto com a Contabilidade Geral do Estado de Rondônia - COGES/RO.

6) Saldos Contábil de Estoque de Dívida Ativa

O saldo homologado no Relatório de Estoque de Dívida Ativa (SIATFE) em 31/12/2022, no valor de R\$ 16.192.186.516,69 (dezesseis bilhões, cento e noventa e dois milhões, cento e oitenta e seis mil quinhentos e dezesseis reais e sessenta e nove centavos) está devidamente evidenciado na contabilidade da Unidade Gestora 110003 - PGE, de acordo com os valores detalhados abaixo:

6.1 - Dívida Ativa Curto Prazo - Tributário e não Tributário

CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER - Curto Prazo	109.340.134,03
Dívida Ativa Tributária	183.973.545,66
- ICMS	166.842.068,00
- IPVA	16.960.255,00
- ITCD	171.222,66
Dívida Ativa Não Tributária	5.736.433,00
- Dívida Ativa não tributária	5.736.433,00
(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Curto Prazo	(80.369.844,63)
(-) Ajuste de Perdas Dívida Ativa Tributária	(79.796.201,33)
(-) Ajuste de Perdas Dívida Ativa não Tributária	(573.643,30)

6.2 - Dívida Ativa Longo Prazo - Tributário e não Tributário

CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER - Longo Prazo	4.688.233.724,59
Dívida Ativa Tributária	11.336.819.350,39
Dívida Ativa não Tributária	4.665.657.187,64
(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Longo Prazo	(11.314.242.813,44)
(-) Ajuste de Perdas de Dívida Ativa Tributária	(8.470.541.796,26)
(-) Ajuste de Perdas de Dívida Ativa não Tributária	(2.843.701.017,18)

6.3 - Cálculo de Ajustes de Perdas de Dívida Ativa

Foi registrado no Curto Prazo os Créditos de Dívida Ativa Tributária e Não Tributária a previsão de receitas contidas na LOA/2023:

LOA - ANEXO I - LEI N 5527 - 06/01/2023	
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	
IPVA	VALOR PREVISTO
Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - Dívida Ativa - Multas e Juros	13.941.775,00
Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - Dívida Ativa - Multas e Juros	3.018.480,00
TOTAL PREVISTO DIVIDA ATIVA IPVA	16.960.255,00
ICMS	VALOR PREVISTO
Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - Dívida Ativa	158.050.305,00
Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - Dívida Ativa - Multas e Juros	8.791.763,00
TOTAL PREVISTO DIVIDA ATIVA ICMS	166.842.068,00
TOTAL PREVISTO DÍVIDA ATIVA TRIBUTARIA	183.802.323,00

DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA	
TAXAS	VALOR PREVISTO
Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental - Dívida Ativa	1.552.620,00
Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Dívida Ativa	3.431.558,00
Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Dívida Ativa - Multas e Juros	752.255,00
TOTAL PREVISTO DIVIDA ATIVA IPVA	5.736.433,00
TOTAL PREVISTO DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTARIA	5.736.433,00
TOTAL PREVISTO DÍVIDA ATIVA TRIBUTARIA E NÃO TRIBUTÁRIA	189.538.756,00

Não constou na LOA/2023 previsão de receita com recebimentos de Créditos de Dívida Ativa com o ITCMD, o qual foi lançado a previsão de recebimento o valor de R\$ 171.222,66, constante na Planilha de Estoque de Dívida Ativa - Parcelamentos, classificado como Curto Prazo;

Dessa forma foi registrado no Curto Prazo o valor de Crédito de Dívida Ativa Tributária e Não Tributária o valor de R\$ 189.709.978,66.

CALCULO DE AJUSTE DE PERDAS NO CURTO PRAZO PARA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA:

Foi utilizado a seguinte fórmula: Ajuste de Perdas Tributária - Curto Prazo = Previsão da LOA/2023 - Meta de Arrecadação(Média de Arrecadação últimos 5 anos (Portaria nº 442/PGE/GAB/2021)

Previsão LOA/2023 = R\$ 183.802.323,00

Meta de Arrecadação = R\$ 104.006.121,67

Ajuste de Perdas Tributária - Curto Prazo = R\$ 79.796.201,33

CALCULO DE AJUSTE DE PERDAS NO CURTO PRAZO PARA DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA:

Não foi possível utilizar a mesma metodologia aplicada ao Ajuste de Perdas de Dívida Ativa Tributária de Curto Prazo para o Ajuste de Perdas de Dívida Ativa Não Tributária Curto Prazo, devido a Previsão na LOA/2023 para créditos de Dívida Ativa Não Tributária um valor bem abaixo da média de arrecadação que nos últimos 5 anos está no valor de R\$ 38.347.893,34 e a Previsão na LOA/2023 é de R\$ 5.736.433,00, dessa forma foi realizado uma projeção de perdas para o valor previsto na LOA/2023 no percentual de R\$ 10%.

Ajuste de Perdas de Dívida Ativa Não Tributária - Curto Prazo, no valor de R\$ 573.643,30.

ARRECADAÇÃO ULTIMOS 5 ANOS - SEFIN			
ANO	TRIBUTARIO	NÃO TRIBUTARIO	TOTAL
2018	58.014.130,88	55.442.657,29	113.456.788,17
2019	49.729.217,31	48.027.630,91	97.756.848,22
2020	65.414.128,69	32.971.285,62	98.385.414,31
2021	226.720.965,08	26.714.917,27	253.435.882,35
2022	120.152.166,39	28.582.975,63	148.735.142,02
TOTAL	520.030.608,35	191.739.466,72	711.770.075,07
MEDIA	104.006.121,67	38.347.893,34	142.354.015,01
PREVISAÇÃO NA LOA 2023	183.802.323,00	5.736.433,00	189.538.756,00
AJUSTE DE PERDAS 2023 (LOA - META 442)	- 79.796.201,33	- 573.643,30	- 80.369.844,63

AJUSTE DE PERDAS DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA E NÃO TRIBUTÁRIA - LONGO PRAZO

Foi realizada classificação dos créditos do Estoque da Dívida Ativa do mês de dezembro/2022 de forma simplificada em três "Ratings", descritos abaixo:

Rating A - Alta perspectiva de recebimento

São os valores de créditos de Dívida Ativa Tributária e Não Tributária, não classificadas nas situações B e C.

Foi projetado o percentual de perspectiva de perdas para os créditos Tributários em 20% e para os créditos não Tributários em 30%;

Rating B - Média perspectiva de recebimento

Foram classificados os devedores pessoa jurídica com situação cadastral do CNPJ:

3 PEDIDO DE BAIXA

6 OMISSAO DE ENTREGA DE DECLARAÇÃO

7 BAIXADO

8 CONTRIBUINTE NÃO ENCONTRADO NO ENDEREÇO

9 SUSPENSO DE OFICO

10 CANCELADO

45 SUSPENSO-FALTA ENTREGA GIAM/SPED

46 SUSPENSO POR FALTA DE ENTREGA DE PGDAS-D

53 CANCELADO - ART. 128-B DO RICMS-RO

55 CANCELADO CONTR NÃO ENCONTRADO

57 CANCELADO - ART. 150, iv DO RICMIS-RO

61 CANCELADO - SÓCIO FALECIDO

65 CANCELADO POR DECISÃO JUDICIAL

70 CANCELADO - FALTA DE RECADASTRAMENTO

75 BAIXA POR MEIO DE REGISTRO NA JUCER

77 BAIXA DE CONTRIBUINTE QUE POSSUI DÉBITO

81 BAIXA ELETRÔNICA

161 SUSPENSO - DECRETAÇÃO DE FALÊNCIA

162 SUSPENSO DE OFICO ART. 129-XV RICMS

165 CNPJ INAPTO NA R.F.B

C. Os créditos compreendidos no período de jan/2013 a dez/2022 e que não estão enquadrados nas situações A e

Foi projetado o percentual de perspectiva de perdas para os créditos Tributários em 80% e para os créditos não Tributários em 90%;

Rating C - Baixa perspectiva de recebimento

Os créditos de Dívidas Ativas tributárias e não tributárias, cuja última guia de lançamento possua mais de 10 (dez) anos de vencimento na data da apuração do estoque de Dívida Ativa do período.

Foi projetado o percentual de perspectiva de perdas para os créditos Tributários e não Tributários em 100%;

SALDO ESTOQUE 2022	
TRIBUTÁRIO	11.520.792.896,05
NÃO TRIBUTÁRIO	4.671.393.620,64
TOTAL ESTOQUE 2022	16.192.186.516,69

C - BAIXA PERSPECTIVA DE RECUPERAÇÃO - 100% AJUSTE DE PERDAS		PERCENTUAL PERDAS	VALOR DO AJUSTE
RELATÓRIO GUIAS + 10 ANOS NÃO PAGAS			
TRIBUTÁRIO	5.154.812.701,27	100%	5.154.812.701,27
NÃO TRIBUTÁRIO	1.440.024.325,20	100%	1.440.024.325,20
TOTAL AJUSTE C	6.594.837.026,47		6.594.837.026,47

B - MÉDIA PERSPECTIVA DE RECUPERABILIDADE		PERCENTUAL PERDAS	VALOR DO AJUSTE
RELATÓRIO CRÉDITOS DEVEDORES PESSOA JURÍDICA SITUAÇÃO CADASTRAL CNPJ - JAN/2013 A DEZ/2022			
3	PEDIDO DE BAIXA		
6	OMISSAO DE ENTREGA DE DECLARAÇÃO		
7	BAIXADO		
8	CONTRIBUINTE NÃO ENCONTRADO NO ENDereco		
9	SUSPENSO DE OFICO		
10	CANCELADO		
45	SUSPENSO-FALTA ENTREGA GIAM/SPED		
46	SUSPENSO POR FALTA DE ENTREGA DE PGDAS-D		
53	CANCELADO - ART. 128-B DO RICMS-RO		
55	CANCELADO CONTR NÃO ENCONTRADO		
57	CANCELADO - ART. 150, iv DO RICMIS-RO		
61	CANCELADO - SÓCIO FALECIDO		
65	CANCELADO POR DECISÃO JUDICIAL		
70	CANCELADO - FALTA DE RECADASTRAMENTO		
75	BAIXA POR MEIO DE REGISTRO NA JUCER		
77	BAIXA DE CONTRIBUINTE QUE POSSUI DÉBITO		
81	BAIXA ELETRÔNICA		
161	SUSPENSO - DECRETAÇÃO DE FALÊNCIA		
162	SUSPENSO DE OFICO ART. 129-XV RICMS		
165	CNPJ INAPTO NA R.F.B		
TRIBUTÁRIO	3.404.221.760,05	80%	2.723.377.408,04
NÃO TRIBUTÁRIO	723.776.505,58	90%	651.398.855,02
TOTAL B	4.127.998.265,63		3.374.776.263,06

A - ALTA PERSPECTIVA DE RECUPERABILIDADE		PERCENTUAL PERDAS	VALOR DO AJUSTE
CRÉDITOS DEVEDORES NÃO ENQUADRADOS NAS SITUAÇÕES B e C			
TRIBUTÁRIO	2.961.758.434,73	20%	592.351.686,95
NÃO TRIBUTÁRIO	2.507.592.789,86	30%	752.277.836,96
TOTAL A	5.469.351.224,59		1.344.629.523,90

TOTAL AJUSTE DE PERDAS LONGO PRAZO (A+B+C)	
TRIBUTÁRIA	8.470.541.796,26
NÃO TRIBUTÁRIA	2.843.701.017,18
TOTAL AJUSTE	11.314.242.813,44

TOTAL AJUSTE DE PERDAS CURTO PRAZO	
TRIBUTÁRIA	79.796.201,33
NÃO TRIBUTÁRIA	573.643,30
TOTAL AJUSTE	80.369.844,63

SALDO LIQUIDO DÍVIDA ATIVA CURTO E LONGO PRAZO	
TRIBUTÁRIA	2.970.454.898,46
NÃO TRIBUTÁRIA	1.827.118.960,16
TOTAL LIQUIDO DA DÍVIDA ATIVA	4.797.573.858,62

A PGE/RO celebrou o Contrato de Consultoria N.º 0957/PGE/2022, com a empresa **FALCONI CONSULTORES S.A.**, onde um dos produtos a serem entregues será uma metodologia de classificação dos créditos por meio de Ratings automatizados com os sistemas de gestão de Dívida Ativa existentes, dessa forma a metodologia acima aplicada está em processo de melhoria e adaptação.

7) Evolução do Estoque de Dívida Ativa

Para um detalhamento dos valores registrados no Balanço Geral, apresentamos nas tabelas seguintes os valores do estoque e sua evolução nos últimos exercícios, permitindo uma visão do comportamento da carteira ao longo do tempo.

Tabela - Variação do Estoque de Dívida Ativa por período.

Período	Valor R\$	% Δ
2019	16.503.942.737,38	-
2020	17.890.172.602,71	8,39
2021	18.763.495.606,90	4,88
2022	16.192.186.516,69	-13,70

No ano de 2020 houve aumento significativo no número de títulos inscritos em dívida ativa representando um marco quanto a efetividade da PGE/RO na cobrança, referido trabalho se deve aos esforços da administração em aumentar a efetividade da cobrança, a PGE se reestruturou nesse período a RESOLUÇÃO n. 13-CSPGE/2022/PGE-GAB melhor definiu a estrutura administrativa da PGE/RO.

A mensuração do estoque ocorre por códigos de receita, a classificação das receitas compete a Gerência de Arrecadação - GEAR unidade da Secretaria de Estado de Finanças SEFIN/RO, que conforme Manual Técnico De Procedimentos Para Arrecadação Das Receitas Do Estado De Rondônia disponível no portal eletrônico da referida secretaria divide os códigos por sua respectiva natureza.

Tabela - Créditos inscritos por natureza

Tributo	Valor Crédito Atualizado R\$	Percentual
<i>Tributário</i>	11.520.792.896,05	71,15%
ICMS	11.334.588.173,78	70,00%
IPVA	185.600.532,62	1,14%
ITCMD	604.189,65	0,003%
<i>Não Tributário</i>	4.671.393.620,64	28,85%
Total	16.192.186.516,69	100,00%

Como observado na tabela acima, os títulos tributários representam mais de 70% da carteira de dívida ativa, temos no tributo ICMS a maior fatia, referido tributo está sob administração tributária da Secretaria de Finanças do Estado de Rondônia, trata-se do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços.

Tabela - Estoque da dívida ativa, por órgão de origem

Ord	Órgão de Origem do crédito	Valor do crédito R\$	%Total
1	SEFIN	12.577.102.427,11	77,67%
2	IDARON	42.243.171,06	0,26%
3	DETRAN	211.659.987,37	1,30%
4	AGEVISA	183.495,53	0,0011%
5	DER	3.771.224,22	0,0230%
6	SEDES	508.514,91	0,0031%
7	SEDAM	910.651.645,19	5,62%
8	TCE/RO	1.864.047.500,43	11,51%
9	FUJU/TJ	582.018.550,87	3,59%
	TOTAL	16.192.186.516,69	100,00%

Porto Velho - RO, data e hora do sistema.

RODNEY NASCIMENTO DE QUEIROZ CHAGAS

Contador Responsável PGE/RO
CRC RO 004920/O

ESDRAS SIMIONATO PAZ

Diretor de Planejamento e Finanças
CRC RO 005503/O

MAXWEL MOTA DE ANDRADE

Procurador-Geral do Estado



Documento assinado eletronicamente por **RODNEY NASCIMENTO DE QUEIROZ CHAGAS**, **Coordenador(a)**, em 14/03/2023, às 11:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Esdras simionato paz**, **Diretor(a)**, em 14/03/2023, às 12:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **MAXWEL MOTA DE ANDRADE**, **Procurador(a) Geral do Estado**, em 14/03/2023, às 12:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0036536766** e o código CRC **BA1008C2**.